



**Arquitetura e urbanismo:**  
Compromisso histórico  
com a multidisciplinariedade

**2**

---

Pedro Henrique Máximo Pereira  
(Organizador)



# Arquitetura e urbanismo: Compromisso histórico com a multidisciplinariedade

# 2

---

Pedro Henrique Máximo Pereira  
(Organizador)

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## Arquitetura e urbanismo: compromisso histórico com a multidisciplinariedade 2

**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Amanda Costa da Kelly Veiga  
**Indexação:** Gabriel Motomu Teshima  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Pedro Henrique Máximo Pereira

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arquitetura e urbanismo: compromisso histórico com a multidisciplinariedade 2 / Organizador Pedro Henrique Máximo Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-529-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.294210410>

1. Arquitetura. I. Pereira, Pedro Henrique Máximo (Organizador). II. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

A arquitetura é espaço existencial. A cidade, um espaço existencial elevado à potência do social. São existenciais porque estão intrinsecamente relacionados, são intimamente ligados à vida individual e coletiva que neles se constituem. Portanto, são políticos, históricos e lócus de rebeldia criativa por excelência.

Esta compreensão é uma das chaves para o entendimento da necessidade da multidisciplinaridade. É também um dos mais potentes argumentos para viabilizarmos a garantia das fronteiras disciplinares já abertas e justificativa irrefutável para a abertura de novas fronteiras. É, portanto, o fundamento para uma abordagem complexa sobre realidades que são complexas. O espaço e a vida que nele ocorre carecem de abordagens diversas e variados modos de investigação, dada a clara compreensão da impossibilidade da apreensão total de objetos de estudo dessa natureza.

Este livro, o segundo volume de “Arquitetura e Urbanismo: compromisso histórico com a multidisciplinaridade”, publicado pela Atena Editora, dá um passo nessa direção. Ele é composto por 17 artigos, cujos temas variam do edifício ao território, passando pela paisagem, região e pelo urbano. Neles as abordagens também variam. Vão das escalas micro, compreendendo a rua, os espaços arquitetônicos de edifícios e interfaces entre o concreto e o virtual-digital à escala da cidade, da região e do território.

Deste conjunto é possível afirmar que o que atravessa todos os 17 artigos é a compreensão de tais temas, escalas e objetos de pesquisa como fontes inesgotáveis de abordagens disciplinares diversas. Por isso não encerram as discussões sobre os objetos analisados, mas deixam em aberto para discussões outras com interfaces dos saberes da arquitetura e urbanismo com a antropologia, a pedagogia, as engenharias, o planejamento urbano e regional, a geografia, a agronomia, a história, a economia, a ecologia, a psicologia, a filosofia, as ciências da computação e programação, a administração, entre tantas outras áreas que poderiam ser aqui citadas.

É possível ainda identificar movimentos interdisciplinares a partir deles. Há um notável trânsito de literaturas de disciplinas distintas utilizado como recurso para a leitura dos objetos neles analisados. Neste sentido, tais artigos indicam a necessidade de reconhecimento do valor e da contribuição de disciplinas próximas e distantes, mas não somente isso. Eles indicam a potência do reconhecimento das mais diversas disciplinas como partes de um campo amplo de investigações, nem sempre pacificado, jamais homogêneo, mas colaborativo e essencialmente crítico.

Assim, estimo boa leitura a leitoras e leitores!

Pedro Henrique Máximo Pereira

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

AS TIPOLOGIAS DE PAISAGENS QUE CONECTAM O PARQUE DA PAZ E O TECIDO URBANO DO CONCELHO DE ALMADA – ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Noêmia de Oliveira Figueiredo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104101>

### **CAPÍTULO 2..... 27**

LIMES FRANCOLÍ, PAISAJES DE FRONTERA A RITMO SINCOPADO

Josep Maria Solé

Lluís Delclòs

Olivia Malafrente

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104102>

### **CAPÍTULO 3..... 43**

CENTROS CULTURAIS E A CIDADE CONTEMPORÂNEA: O CENTRO CULTURAL SÃO PAULO E O SESC 24 DE MAIO COMO EQUIPAMENTOS DE SUPORTE À CULTURA

Júlia Martins Souza Pipolo de Mesquita

Celso Lomonte Minozzi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104103>

### **CAPÍTULO 4..... 52**

ARQUITETURA E ACESSIBILIDADE: FERRAMENTA DE INCLUSÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS DE MARANGUAPE - CEARÁ

Zilsa Maria Pinto Santiago

Virna Maria Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104104>

### **CAPÍTULO 5..... 69**

MAPEANDO LOS OJOS EN LA CALLE DE JANE JACOBS EL ALGORITMO GENERATIVO DE LA VIGILANCIA NATURAL PASIVA

Iñigo Galdeano Pérez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104105>

### **CAPÍTULO 6..... 80**

O USO CULTURAL DA MADEIRA NA ARQUITETURA: TÉCNICAS CONSTRUTIVAS TRADICIONAIS E AS MADEIRAS EMPREGADAS NAS CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS

William Jorge Pscheidt

João Carlos Ferreira de Melo Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104106>

### **CAPÍTULO 7..... 97**

O AMBIENTE DA INTERAÇÃO MUSEAL: DA FISCALIDADE AO TOUR 360°

Pablo Fabião Lisboa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104107>

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>110</b>
ASSENTAMENTOS INFORMAIS E LEGISLAÇÃO URBANA - INVISIBILIDADE OU NEGAÇÃO? O CASO DA VILA XURUPITA EM BARREIRAS, BA/BRASIL	
Rogério Lucas Gonçalves Passos	
Natália Aguiar Mol	
Lorena J. Coelho Oliveira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104108">https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104108</a>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>126</b>
CONDIÇÕES SÓCIO HISTÓRICAS DE EXCLUSÃO TERRITORIAL E DESIGUALDADE DE OPORTUNIDADES URBANAS EM CIDADES BRASILEIRAS	
Isabela Casalecchi Bertoni	
Lilian Masumie Nakashima	
Maysa Leal de Oliveira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104109">https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104109</a>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>138</b>
UM BREVE OLHAR SOBRE AS VULNERABILIDADES E A SUSTENTABILIDADE NA MUDANÇA DE PARADIGMAS DO URBANISMO CONTEMPORÂNEO	
Karliane Massari Fonseca	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041010">https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041010</a>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>150</b>
DESEMPENHO DA FILTRAÇÃO LENTA EMPREGADA NO TRATAMENTO DA CARGA DE DBO ORIUNDA DE ESGOTO DOMÉSTICO	
Ariston da Silva Melo Júnior	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041011">https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041011</a>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>164</b>
CENTRO E NOVA CENTRALIDADE DE LONDRINA SOB PERSPECTIVA MORFOLÓGICA	
Mayara Henriques Coimbra	
Gislaine Elizete Beloto	
Letícia da Mata Silva	
Ana Julia Ceole	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041012">https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041012</a>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>181</b>
PLANES REGIONALES: UNA EXPERIENCIA DE GESTIÓN Y REVITALIZACIÓN EN LA CIUDAD DE SÃO PAULO	
Denise Gonçalves Lima Malheiros	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041013">https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041013</a>	

<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>195</b>
O TOMBAMENTO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO MIGUEL ARCANJO COMO ESTRATÉGIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DAS MISSÕES JESUÍTICAS NO BRASIL	
Giorgio da Silva Grigio	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041014">https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041014</a>	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>210</b>
OLHARES CRUZADOS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL MODERNO- BRASÍLIA PATRIMÔNIO CULTURAL MUNDIAL: RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA INTERNACIONAL	
Yara Regina Oliveira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041015">https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041015</a>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>229</b>
ÁREAS METROPOLITANAS DE BELÉM E BRASÍLIA NOVOS RECORTES PARA ANÁLISE	
Ricardo Batista Bitencourt	
Ramon Fortunato Gomes	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041016">https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041016</a>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>255</b>
UMA ABORDAGEM CONFIGURACIONAL PARA O ENSINO DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	
Fernando dos Santos Calvetti	
Michele Staub de Brito	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041017">https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041017</a>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>268</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>269</b>

# CAPÍTULO 9

## CONDIÇÕES SÓCIO HISTÓRICAS DE EXCLUSÃO TERRITORIAL E DESIGUALDADE DE OPORTUNIDADES URBANAS EM CIDADES BRASILEIRAS

*Data de aceite: 21/09/2021*

*Data de submissão: 06/07/2021*

### **Isabela Casalecchi Bertoni**

Universidade do Sagrado Coração (USC) –  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Bauru – SP  
<http://lattes.cnpq.br/0236676855893147>

### **Lilian Masumie Nakashima**

Universidade do Sagrado Coração (USC) –  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Bauru – SP  
<http://lattes.cnpq.br/5113599751069797>

### **Maysa Leal de Oliveira**

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar  
– Centro de Educação e Ciências Humanas  
Bauru – SP  
<http://lattes.cnpq.br/2406883915301240>

**RESUMO:** Grandes cidades são a pedra fundamental do capitalismo e, portanto, lugares exemplares para a apreciação de suas contradições e desigualdades sociais e territoriais; onde grande riqueza acumulada e grande pobreza difusa crescem lado a lado. Condições urbanas tais como segregação, miséria e degradação são características fundamentais e persistentes na urbanização de países em desenvolvimento. No Brasil, tais elementos traduzem-se concretamente na proliferação de assentamentos informais, popularmente conhecidos como favelas, uma precária solução de moradia para a grande parcela da população.

Reconhecendo o direito à habitação e o direito de fixação da população nos locais onde residem, e tendo em vista o tema da urbanização de favelas como instrumento de transformação social, o presente texto busca ampliar a compreensão sobre as condições sócio históricas de exclusão territorial e desigualdade de oportunidades urbanas, que definem as grandes cidades brasileiras. Evidencia as complexas variáveis implicadas no planejamento urbano, bem como a necessidade de compreensão dos seus sistemas de infraestrutura e desigualdade.

**PALAVRAS - CHAVE:** Cidade; Segregação; Urbanização; Assentamentos informais.

### **SOCIO-HISTORICAL CONDITIONS OF TERRITORIAL EXCLUSION AND INEQUALITY OF URBAN OPPORTUNITIES IN BRAZILIAN CITIES**

**ABSTRACT:** Big cities are the cornerstone of capitalism and therefore exemplary places for the appreciation of its social and territorial contradictions and inequalities; where great accumulated wealth and great diffuse poverty grow side by side. Urban conditions such as segregation, misery and degradation are fundamental and persistent characteristics of urbanisation in developing countries. In Brazil, such elements translate concretely into the proliferation of informal settlements, popularly known as favelas, a precarious housing solution for a large portion of the population. Recognising the right to housing and the right of the population to settle in the places where they live, and taking into account the issue of slum upgrading as an instrument of social transformation, this text seeks

to broaden the understanding of the socio-historical conditions of territorial exclusion and inequality of urban opportunities that define the large Brazilian cities. It highlights the complex variables involved in urban planning, as well as the need to understand its infrastructure and inequality systems.

**KEYWORDS:** City; Segregation; Urbanization; Informal Settlements.

## 1 | INTRODUÇÃO

As soluções dos graves problemas urbanos que assolam as grandes cidades brasileiras não dizem respeito somente ao poder público. O tema interessa a toda a sociedade e, particularmente, aos investigadores que, no campo da arquitetura e do urbanismo, vislumbram um horizonte de maior equidade, num ambiente cidadão inclusivo, em que todos sejam legítimos na convivência.

Reconhecendo o direito à habitação e o direito de fixação da população nos locais onde residem, e tendo em vista o tema da urbanização de favelas como instrumento de transformação social, o presente texto busca ampliar a compreensão sobre as condições sócio históricas de exclusão territorial e desigualdade de oportunidades urbanas, que definem as grandes cidades brasileiras.

A partir de uma revisão de literatura e recorrendo à história como parte do processo compreensivo, consideramos inicialmente, sobre as particularidades do processo de urbanização brasileira, revelando seu caráter excludente e estreitamente relacionado às características e modos de ocupação predatórios da terra, herdados do período colonial. Em seguida, tratamos das consequências de tal modo de ocupação excludente e predatório, de onde derivam as grandes cidades de hoje, insalubres e perigosas, precárias e oferecendo risco para a maior parte de sua população.

Numa terceira sessão, abordamos o universo urbano ilegal dos assentamentos informais conceituados popularmente como favelas, demonstrando que o solo ilegal constitui a base para uma vida ilegal e desamparada pelos direitos e benefícios urbanos. Por fim, argumentamos em favor dos programas de regularização fundiária e urbanização de assentamentos informais, como alternativa para enfrentar a problemática urbana de ocupação ilegal e insegura do território.

Problematizar a questão da urbanização no Brasil através de uma abordagem sócio histórica põe em evidência as complexas variáveis implicadas no planejamento urbano, bem como a necessidade do entendimento de seus sistemas de infraestrutura e desigualdade.

O interesse pelo tema dos assentamentos humanos informais, suas dimensões, causas e consequências em áreas urbanas, aspira o resgate de seu caráter público e uma mudança no paradigma desses assentamentos para novas condições locais com maior qualidade de vida, cidadania e pertencimento.

A compreensão aprofundada da realidade brasileira, no que diz respeito à ocupação do território e sua realidade urbana, é condição fundamental para elaboração de projetos

inclusivos, que enfrentem a pobreza, a segregação espacial, urbana e ambiental a que estão condenadas enormes parcelas da população brasileira. Sem a compreensão de tais fatos não se pode chegar ao desenvolvimento de projetos e de políticas que se fundamentam na realidade e que intervenham de forma adequada na realidade das nossas cidades.

## 21 DO COLONIAL AO MODERNO: UMA URBANIZAÇÃO EXCLUDENTE

No século XIX, o sociólogo Emile Durkheim percebeu as cidades como a cola que mantinha a nova sociedade industrial moderna coesa. Quanto mais as pessoas se reuniam em cidades, menos precisavam de transporte e a proximidade barateava as trocas. Max Weber também percebeu as cidades como a instituição social chave da modernização capitalista. A proteção oferecida pelas cidades é que tornava seguro a especialização e a fragmentação propostas pelo capitalismo. Karl Marx, para quem a cidade nunca foi o foco principal de atenção, via-a como fonte de crescimento da produtividade, onde fábricas insalubres explodiam em inovações tecnológicas que trariam progresso ao mundo. (GOLDSMITH, 1994, apud OLIVERIA, 2007)

Todo esse processo de urbanização acelerada e desmantelamento das sociedades tradicionais que a sociologia clássica descreveu muito bem, continua a ocorrer, só que agora em novos lugares. Em 1900, as maiores cidades do estavam na Europa. Hoje, das quatro maiores cidades do planeta, três estão na América e uma na Ásia. Uma delas é São Paulo, um lugar exemplar para apreciação das inúmeras contradições do sistema capitalista, no qual grande riqueza e grande pobreza convivem lado a lado (GOLDSMITH 1994, apud OLIVEIRA, 2007).

As grandes e médias cidades brasileiras do presente refletem muitos aspectos da Europa do século XIX, com as ruas sujas e entulhadas de lixo, recordando a mesma insalubridade. Nessas cidades, o acesso a empregos saudáveis e locais agradáveis e seguros para morar é escasso. A maioria esmagadora da população vive em pequenas casas, em superpovoados subúrbios, em ocupações informais nas encostas ou beiras de avenidas, em cortiços no centro da cidade ou simplesmente sobrevivem nas ruas.

A situação atual das grandes cidades brasileiras tem origens históricas, que se ligam ao próprio processo de constituição do Brasil como colônia de exploração europeia. O universo urbano brasileiro carrega todas as marcas e heranças da concentração de terra, poder e renda que caracteriza o período colonial escravista. Com início das bases do urbanismo moderno brasileiro, entre o final do século XIX e início do século XX, se instaura a situação desequilibrada das cidades. As reformas urbanas que foram implementadas em diversas cidades, seguiram a mesma lógica de dominação colonial do território, agora em versão urbana e capitalista.

De acordo com Maricato (2000, p. 22), o processo de modernização urbana era caracterizado por obras de saneamento básico e embelezamento paisagístico, com as

quais se implantavam “as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista”. A população excluída desse processo, em sua maioria pretos, pobres, mulatos e mestiços, era expulsa cada vez mais para os morros e franjas da cidade.

Tomando a cidade de São Paulo para contextualizar temporalmente o fenômeno de expulsão territorial e de início da produção ilegal do espaço urbano, Bonduki (2004, p. 270) relata que os despejos, a forte urbanização e a falta de alternativas habitacionais levaram ao surgimento dos primeiros núcleos de assentamentos informais em São Paulo e que, na década de 1940, essa forma de habitar já estava bem constituída.

A modernização impulsionou o processo de industrialização das cidades brasileiras, provocando um alto índice de crescimento demográfico. A indústria atraiu trabalhadores que precisavam de moradia. Esse processo, porém, na “mais absoluta ausência de controles de impacto ambiental, investimentos em expansão e infraestrutura urbana ou provisão residencial” agravou a degradação ambiental e a criação de mercados residenciais ilegais de baixa renda (ROLNIK, 2000, p. 102).

Essa equação, num contexto de altos índices de crescimento demográfico (20,42% por ano nos anos 60 e 11,23% nos anos 70), provocou uma expansão periférica, ocupando áreas não urbanizadas e consumindo vorazmente toda a terra não destinada para usos industriais, inclusive as áreas de preservação ambiental. Sem outra alternativa, com uma oferta quase inexistente de zonas destinadas para os pequenos lotes residenciais de baixa renda, a expansão urbana foi, em sua maior parte, irregular, feita por mercados informais que não se adequavam a qualquer padrão de urbanização (ROLNIK, 2000, p. 104).

Desse modo, o país conhece definitivamente a ocupação periférica. A decisão geopolítica de estímulo à industrialização em diversas regiões, impulsionando a ocupação do território, foi decisiva para marcar esse processo de ocupação. O mercado teve papel fundamental, junto aos mecanismos reguladores, sob comando do Estado e da economia (SANTOS, 1988, p. 43).

Nessa fase o espaço urbano é fortemente afetado com o aumento populacional em todo território, “o movimento de descentralização” se torna irresistível, atingindo muitas zonas e pontos longínquos do território nacional (SANTOS, 1988, p. 44). A cidade como relação social e como materialidade, com força crescente, se torna criadora da pobreza. Segundo Santos (1994, p. 10) seu modelo socioeconômico e sua estrutura física faz dos habitantes das periferias pessoas ainda mais pobres. Isso ajuda a entender a afirmação de Demo (1993, p. 2), que diz “ser pobre não é apenas não ter, mas sobretudo ser impedido de ter, o que aponta muito mais para uma questão de ser do que de ter”.

Maricato (2015, p. 88) esclarece que não é por falta de planos urbanísticos que a periferia apresenta intensos problemas, mas porque seu crescimento se faz por meio de planos aprovados pelas Câmaras Municipais que priorizam os interesses tradicionais que comandam a política.

De acordo com Milton Santos (1994, p. 111), ao orientar recursos públicos para

investimentos econômicos em detrimento de gastos sociais, “o próprio poder público torna-se criador privilegiado de escassez”. Ao fomentar a especulação e a produção de espaços vazios dentro das cidades, empurra a população desfavorecida para as periferias, e empobrece ainda mais os pobres que, em suas palavras, são “forçados a pagar caro pelos precários transportes coletivos e a comprar caro bens de consumo indispensável e serviços essenciais que o poder público não é capaz de fornecer”. Para Milton Santos (1994, p. 113), “é um equívoco pensar que problemas urbanos podem ser resolvidos sem solução da problemática social”.

O crescimento urbano caminhou de *pari passu* com a exclusão social, desde o surgimento do trabalhador livre na sociedade brasileira, quando as cidades passam a ganhar rapidamente nova dimensão e o problema da habitação eclode. Maricato (2000, p. 23) informa que nas décadas de 1980 e 1990, conhecidas como “décadas perdidas” o universo da desigualdade social e a grande concentração da pobreza urbana se alargam. O agravamento dessa condição de desequilíbrio na ocupação do território urbano resulta que “pela primeira vez em sua história, o Brasil tem multidões concentradas em vastas regiões – morros, alagados, várzeas ou mesmo planícies – marcadas pela pobreza homogênea”. Em consequência, a sociedade brasileira conhece também “um fenômeno que ficaria conhecido como violência urbana: o início de uma escalada de crescimento do número de homicídios, sem precedentes na história do país”.

Nos termos de Maricato (2000, p. 23), nas décadas perdidas estabeleceu-se a “tragédia urbana brasileira” com enchentes, desmoronamentos, poluição dos recursos hídricos, poluição do ar, impermeabilização da superfície do solo, desmatamento, congestionamento habitacional, retorno de epidemias, violência, entre outros problemas; onde as periferias das metrópoles cresceram mais do que os núcleos centrais, aumentando relativamente as regiões pobres.

Maricato (2000) denuncia o estilo de urbanização acelerada, que ignora o destino da maior parte da população. Entre as décadas de 1940 e 2000, em apenas 60 anos, os assentamentos urbanos brasileiros foram estendidos de forma a abrigar mais de 125 milhões de pessoas, sem que se desenvolvessem políticas públicas correspondentes, capazes de atender às demandas geradas por todo processo de conformação do espaço urbano.

Os dados sobre a ilegalidade na ocupação do solo revelam uma máquina de produzir favelas e agredir o meio ambiente; sendo que “o número de imóveis ilegais na maior parte das grandes cidades é tão significativo que, a regra se tornou exceção, e a exceção, regra. A cidade legal caminha para ser, cada vez mais, espaço da minoria” (MARICATO, 2000, p. 30).

Desde então a população moradora de áreas informais cresce mais do que a população urbana. Nas metrópoles, as periferias crescem mais do que os bairros ricos (IBGE). Essa condição urbana de ocupação dos espaços de forma informal, desde sua

primeira aparição, se concretiza e se expande notoriamente nas cidades brasileiras. O tempo permitiu adaptações e melhorias em suas condições urbanísticas, constituindo um universo paralelo, onde cada assentamento carrega a sua história, compartilhando, porém, condições complexas de riscos e necessidades.

### 3 | DA DESIGUALDADE AO PERIGO: A CIDADE DE RISCO

Raquel Rolnik (2000, p. 100) aponta como “nossas cidades são traduções territorialmente distintas, marcadas pela desigualdade de oportunidades urbanas”, sendo que nas periferias, o urbanismo é permanentemente incompleto e de risco, ou seja, marcado pela insegurança do terreno, da construção e da condição jurídica da posse do território.

A autora, definindo o urbanismo de risco, aponta que as terras onde se desenvolvem os mercados de moradia para as pessoas de baixa renda são, em geral, locais com características ambientais frágeis, perigosas e difíceis de ocupar, como vazios urbanos, encostas e beiras de córregos. As condições desses espaços quase nunca permitem construções estáveis, e a posse raramente é inscrita nos registros de imóveis e nos cadastros das prefeituras (ROLNIK, 2000, p. 100).

O risco sentido pelos moradores é constante, por ameaças como deslizamento ou inundação; a drenagem e o esgoto geralmente se misturam constituindo constantemente ameaça à saúde e a vida, além de todos os dias precisarem lidar com a violência e o preconceito, responsáveis por bani-los de oportunidades sociais e financeiras, a saúde e a vida desse modo apresentam-se constantemente ameaçadas.

Os territórios excluídos constituíram-se sem assistência e controle, abrindo espaço para violência e conflitos. A exclusão territorial é responsável por produzir uma vida diária insegura e arriscada, bloqueando acesso a empregos e oportunidade educacionais e culturais, que permanecem concentrados em porções exclusivas e protegidas das cidades. Os habitantes da periferia sentem como se suas vidas tivessem pouco valor, condicionados a uma privação constante de necessidades elementares (ROLNIK, 2000, p. 107).

De acordo com Rolnik, (2000, p. 105), para que o planejamento urbano incida sobre o urbanismo apontado como de risco, é necessário repensar profundamente suas estratégias e suas leis, no “contexto de alta pressão demográfica e competição pelo solo urbano”. Conclui que a exclusão territorial não é uma fatalidade, através do caso de Diadema, que passou de segundo lugar em violência na região metropolitana de São Paulo, para o segundo menor índice de criminalidade devido a investimentos diretos na área de saúde e investimentos na qualidade ambiental. Como outros exemplos de sucesso no Brasil, ela afirma que:

A existência de capital social e a disposição do poder público em dividir poder com as comunidades de baixa renda são essenciais para transformar a urbanização de risco rumo a um modelo mais igualitário e sustentável, com menos perigo de gerar violência (ROLNIK, 2000, p. 110).

Os cidadãos brasileiros em sua totalidade devem ter acesso a um lugar para viver com dignidade e acesso aos meios de subsistência, como manda a Constituição do nosso país e diversos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário (ROLNIK, 2009, p.1). Dessa forma é de grande importância ressaltar e repensar profundamente nosso processo de urbanização, nossa história e realidade, para desenvolver projetos que tragam dignidade a população que é ignorada e segregada. O investimento real nos assentamentos informais é uma prioridade e requer uma mudança completa e necessária das estruturas e das consciências.

O desafio de uma transformação rápida e dinâmica no ambiente político e social requer, também, dos atores sociais e principalmente seus líderes a capacidade para perceber, analisar e interpretar as complexas interações existentes na sociedade, suas contradições e conflitos e, mais ainda, antecipar e compreender a dinâmica das mudanças sociais, motivando as pessoas a lutarem pelos direitos, deveres e responsabilidades da cidadania (RATTERNER, 1992, p. 66).

Maricato (2000, p.21) aponta que “as características do Brasil urbano impõem tarefas desafiadoras e os arquitetos planejadores urbanos não tem conhecimento acumulado nem experiência para lidar com elas”. De acordo com a autora, a dimensão da tragédia urbana brasileira exige soluções práticas a partir do conhecimento da realidade empírica, evitando a formulação de ideias incoerentes.

Nesse sentido, compreender a complexidade do processo sócio histórico de constituição dos espaços urbanos brasileiros, associados ao seu contexto mais amplo de herança colonial, constitui um importante esforço de aproximação ao tema. A compreensão de meros fatos talvez não constitua uma ciência muito dinâmica, mas, sem conhecê-los, não se pode chegar ao desenvolvimento de projetos e de políticas que se fundamentam na realidade e que reestruturem de forma adequada a realidade das nossas cidades, reconstituindo um novo cenário para os assentamentos informais.

## **4 | O UNIVERSO URBANO ILEGAL DOS ASSENTAMENTOS INFORMAIS**

Os assentamentos informais, conceituados popularmente como favelas, surgem como fenômeno urbano e solução precária de moradia para as camadas sociais atingidas pela pobreza (PAULINO, 2007, p.11). Para grande parte da população de baixa renda nas grandes cidades, a favela figura como a única alternativa habitacional (MARICATO, 2003b, p. 2).

A questão da ilegalidade do assentamento quanto à situação da propriedade fundiária é o único critério para definir objetivamente um assentamento informal e precário (PAULINO, 2007, p.17). Esse fato traz considerações importantes:

O conceito de favelas que utilizamos aqui se refere à situação totalmente ilegal de ocupação do solo. A definição que estamos utilizando, não tem como base a baixa qualidade da moradia. Esta é uma consequência da situação jurídica que define uma relação social: o ocupante não tem qualquer direito legal sobre a terra ocupada correndo o risco de ser despejado a qualquer momento (MARICATO, 2001, p.1).

A ilegalidade, marcada pela ausência de direitos, determina o grande estigma que acompanha as áreas ocupadas por favelas. Excluídas ambientalmente e urbanisticamente, são áreas mal servidas de infraestrutura e serviços urbanos básicos, como água, esgoto, coleta de lixo, iluminação pública, transporte, etc. A exclusão ultrapassa limites territoriais, e seus moradores são objeto de preconceito e rejeição. Entre muitas dificuldades, a falta do endereço formal dificulta o acesso a empregos. Em geral, os moradores dos assentamentos informais são mais pobres, em maioria de negros e de mães solteiras do que a média do resto da cidade. O número de moradores por cômodo também é maior, revelando o alto congestionamento habitacional (MARICATO, 2001, p. 1).

A falta de alternativas habitacionais, tanto em vias do mercado privado quanto nas políticas públicas sociais é o motor que dinamiza a ocupação ilegal e predatória de terra urbana (MARICATO, 2003a, p. 158). Destacando que a ilegalidade não é uma confrontação em relação à legislação, esse gigantesco movimento de ocupação é resultado do processo estrutural de exclusão. A relação entre legislação, mercado fundiário e exclusão criam a gigantesca cidade ilegal.

Conforme uma estimativa feita a partir de uma tipologia de formas de ocupação e uso do espaço consideradas ilegais, elaborada pela Prefeitura Municipal [de São Paulo] (gestão Luiza Erundina), chegou-se ao impressionante dado de que 65% da cidade de São Paulo é ilegal. Na sua maior parte, os setores urbanos considerados ilegais pelo poder público constituem as chamadas zonas populares da cidade, onde proliferam as formas de submoradia, isto é, a favela, as habitações autoconstruídas em loteamentos clandestinos e/ou irregulares e os cortiços (BAGGIO, 1995, p.12).

A cidade real se revela como cidade ilegal. Ao definirem formas permitidas e proibidas de produção do espaço, a legislação define territórios dentro e fora da lei, e essa delimitação tem consequências políticas importantes, pois pertencer a um território fora da lei pode significar uma posição de cidadania limite. Não existir burocrática e oficialmente para a administração pública significa estar fora do âmbito de suas responsabilidades para com os cidadãos (ROLNIK, 1999, p. 2).

O solo ilegal constitui a base para uma vida ilegal e desamparada pelos direitos e benefícios urbanos. Caracterizado pela ocupação de áreas íngremes, frágeis e sem urbanização, que não contam com assessorias de conhecimento técnico em engenharia e arquitetura, geram assentamentos de grande risco geotécnico decorrente de soluções precárias e improvisadas (MARICATO, 2001, p. 2).

A democratização do acesso à moradia legal e à cidade legal com todos seus

serviços e infraestrutura exige a superação de dois grandes obstáculos: terra urbanizada e financiamento, insumos proibidos para maior parte da população no decorrer da história da urbanização brasileira (MARICATO, 2003a, p. 163).

Observando os assentamentos informais, o conflito que se estabelece não é entre o espaço social construído através de relações complexas e o Estado normalizador; está presente de fato na luta diária pela regularização fundiária e na implantação de infraestrutura urbana. Existe um grande anseio por integrar-se à cidade legal (MARICATO, 1996, p. 86). Por esse fato se destaca a grande importância da legalização fundiária unida a projetos de urbanização, designados popularmente como “reurbanização de favelas” para a resolução da problemática habitacionais.

Erminia Maricato (1996, p.86) relata que a satisfação sentida pelos moradores que passaram por regularização fundiária ao receber o primeiro carnê do imposto territorial contendo seu endereço e nome é notável.

Marta Tanaka (1993, p.35) valoriza esse fato e demonstra que favelas onde a posse de terra não é questionada os moradores sentem garantia de transformá-las, e rapidamente investem em melhorias na casa e na comunidade.

É de grande valor ressaltar que o desenvolvimento urbano incluyente exige que se atue entre esses dois eixos principais: legalizar a cidade informal e urbanizar. Esses dois processos complementares, garantem melhor qualidade de vida e cidadania aos moradores dessas áreas (MARICATO, 2003a, p.163).

Os programas de regularização são de natureza essencialmente curativas; e para serem efetivos devem ser combinados com políticas públicas preventivas, que quebrem o ciclo de exclusão territorial, geradora da informalidade. É necessária a intervenção direta e investimento público por parte do município, para produzir opções de moradia, democratizar o acesso à terra e promover uma reforma urbana ampla. Devem combinar em ampla medida ações de urbanização e estratégias de legalização (FERNANDES, 2007, p. 24).

## **5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Há uma urgência de direitos sobre os assentamentos informais na maioria das grandes cidades brasileiras, onde as terras “invadidas” se dão, como vimos, sob condições históricas que justificam sua posse. A manutenção urbana desses assentamentos deve ser adequada, regularizada, fiscalizada e orientada. Um processo de escolarização e de trabalho, através de mutirões remunerados, cooperativas de serviços, educação sanitária e ambiental, certamente podem otimizar a melhoria proporcionada por obras de infraestrutura. Inúmeros exemplos comprovam que os assentamentos informais são locais receptivos e adequados para programas de inclusão, educação, cultura, renda, emprego e saúde (BUENO, 2000, p. 343-344).

Os processos de regularização e urbanização exigem coragem na tomada de decisões, tempo de execução, investimento, continuidade de ações, participação popular em todas as etapas, integração completa entre objetivos e instrumentos. Devem ser combinados e apoiados por processos conjuntos de várias ordens: financeira, institucional, de planejamento urbano, políticas de gênero, administração e gestão fundiária, sistemas de informação, processos políticos e mobilização social. São processos que têm por objetivo não apenas o reconhecimento da segurança individual da posse dos ocupantes, mas uma integração completa dos assentamentos informais, reconhecendo segurança individual, interesses sociais e ambientais em harmonia (FERNANDES, 2007, p. 25).

A Constituição Federal pontua que todos os brasileiros devem ter acesso a uma habitação adequada, com condições de cidadania e direito à cidade garantido. Uma reforma urbana adotando uma estratégia que utiliza o marco institucional do Direito para fins de legitimação de uma intervenção, amplia os direitos de cidadania de uma camada significativa da população, e coloca eticamente o ser humano como centro de gravidade de uma política pública. O respeito aos direitos humanos e a busca pela qualidade de vida da população de baixa renda no Brasil, são aspectos indissociáveis da regularização fundiária e da urbanização dos assentamentos informais ou favelas (ALFONSIN, 2007, p.79-80).

Programas de regularização fundiária e urbanização de assentamentos informais surgem como alternativa para enfrentar a problemática urbana de ocupação ilegal e insegura do território. Uno a projetos de urbanização têm potencial curativo quando atentos às condições de existência de cada assentamento. A valorização social da comunidade resulta em uma arquitetura realista, baseada em valores de legibilidade e legitimação, dando sentido a uma nova realidade urbana, que não exclui nem destrói o existente, mas agrega valor e cria qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS

ALFONSIN, Betânia. O significado do estatuto da cidade para os processos de Regularização Fundiária no Brasil. *In: Regularização fundiária sustentável: conceitos e diretrizes*. Ministério das Cidades *et al.*, Brasília, 2007.

BAGGIO, Ulysses da Cunha. **A Dinâmica das transformações sócio-espaciais das formas de sub-moradias no Município de São Paulo**. Dissertação de Mestrado apresentada a FFLCH, Departamento de Geografia, da Universidade de São Paulo, 1995.

BONDUKI, Nabil G. **Origens da habitação social no Brasil**: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BUENO, Laura Machado de Mello. **Projeto e favela: metodologia para projetos de urbanização**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DEMO, Pedro. **Pobreza política**. *Papers*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer-Stiftung, 1993.

FERNANDES, Edésio. Regularização de assentamentos informais: o grande desafio dos municípios, da sociedade e dos juristas brasileiros; Perspectivas para a renovação das políticas de legalização de favelas no Brasil. *In: Regularização fundiária sustentável: conceitos e diretrizes*. Ministério das Cidades, *et al.*, Brasília, 2007.

IBGE. Brasil/ São Paulo/ Bauru. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, c2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/bauru/panorama>. Acesso em: 10 abril de 2020.

MARICATO, Erminia. Conhecer para resolver a cidade ilegal. *In: Leonardo Basci Castriota (org.). Urbanização Brasileira – Redescobertas*. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, p. 78-96, 2003b.

\_\_\_\_\_. **Favelas, um universo gigantesco e desconhecido**, 2001. Disponível em: [http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato\\_favelas.pdf](http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_favelas.pdf). Acesso em: 28/05/2020

\_\_\_\_\_. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, p. 151-166, 1 ago. 2003a.

\_\_\_\_\_. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Para entender a crise urbana**. [S.l: s.n.], 2015.

\_\_\_\_\_. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.

OLIVEIRA, Maysa. **São Paulo: indústria, miséria e resistência**. Aula ministrada na disciplina Realidade Socioeconômica e Política de São Paulo, na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP. Bauru, 2007.

PAULINO, Jucelino. **O pensamento sobre a favela em São Paulo: uma história concisa das favelas paulistanas**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

RATTERNER, H. **Tecnologia e desenvolvimento sustentável**. Universidade e Sociedade. São Paulo, 2(4):56-66), dez.1992.

ROLNIK, Raquel. Exclusão Territorial e Violência: O caso do Estado de São Paulo. **Cadernos de Textos**, Belo Horizonte, v. 2, p. 173 - 196, 30 ago. 2000

\_\_\_\_\_. Moradia adequada é um direito. O Estado de S. Paulo [jornal], 2009.

Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2009/10/19/moradia-adequada-e-umdireito/>. Acesso em: 15/03/2009.

\_\_\_\_\_. Para além da lei: legislação urbanística e cidadania (São Paulo 1886-1936). *In: Maria Adélia A Souza; Sonia C. Lins; Maria do Pilar C. Santos; Murilo da Costa Santos. (Org.). Metrópole e Globalização-Conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora CEDESP, 1999

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia HUCITEC. São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. **Metamorfose do Espaço Habitado**. Editora de Hucitec. São Paulo, 1988.

TANAKA, Marta M. S. **Favela & Periferia. Estudos de recomposição urbana -SP**, Tese de doutorado apresentado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1993.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acessibilidade 10, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 66, 67, 68, 235, 241

Área Metropolitana 10, 1, 2, 240, 251

Arquitetura 2, 9, 10, 1, 25, 26, 43, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 64, 68, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 107, 108, 110, 125, 126, 127, 133, 135, 136, 137, 144, 194, 202, 212, 213, 217, 225, 226, 250, 253, 255, 256, 257, 259, 265, 266, 267, 268

Arquitetura em Madeira 81, 91, 96

Arquitetura Escolar 52

Assentamentos Informais 11, 110, 112, 114, 126, 127, 129, 132, 133, 134, 135, 136

### B

Belém 12, 229, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 253, 254

Brasília 12, 26, 109, 115, 124, 135, 136, 207, 210, 211, 212, 225, 227, 228, 229, 233, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 268

### C

Centralidade 11, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180

Centro 10, 11, 1, 4, 5, 9, 14, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 57, 89, 104, 110, 111, 112, 115, 120, 123, 126, 128, 135, 142, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 185, 186, 187, 207, 213, 216, 217, 218, 219, 226, 228, 232, 233, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 258, 260

Centro Cultural 10, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51

Cidade 9, 10, 5, 7, 8, 20, 24, 25, 26, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 68, 85, 93, 100, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 164, 166, 167, 169, 170, 172, 173, 174, 179, 180, 183, 194, 200, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 259, 260, 262, 264, 265

Cidades Brasileiras 11, 126, 127, 128, 129, 131, 134, 243

### D

Desenho Urbano 18, 20, 26

Desigualdade 11, 116, 126, 127, 130, 131, 136, 143, 233

## **E**

Esgoto 11, 131, 133, 150, 151, 152, 154, 156, 157, 163, 235

Exclusão Territorial 11, 126, 127, 131, 134, 136

## **G**

Gestão Urbana 143, 210, 213, 215, 217, 222, 225

## **H**

História da cidade 174

## **J**

Jane Jacobs 10, 69, 70

## **L**

Legislação Urbanística 116, 136, 238

Lisboa 10, 1, 2, 25, 26, 85, 93, 97, 108

## **M**

Madeira 10, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 200, 205

Morfologia Urbana 2, 3, 4, 8, 11, 15, 17, 19, 20, 21, 25, 179, 214, 215, 229, 236

Multidisciplinaridade 9

Museu 45, 94, 97, 99, 100, 101, 104, 105, 108, 109, 173, 199, 204, 208, 217

## **P**

Paisagem 9, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 21, 23, 24, 25, 26, 50, 89, 90, 144, 164, 170, 179, 180, 210, 212, 213, 215, 216, 222, 224, 225, 257, 268

Parque Urbano 31

Patrimônio 12, 45, 90, 92, 93, 94, 97, 98, 101, 104, 105, 107, 195, 196, 197, 198, 199, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 239

Patrimônio Histórico 12, 45, 92, 93, 195, 196, 197, 198, 199, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 239

Planejamento Urbano e Regional 9, 12, 194, 255, 256, 257, 259, 266, 267

Planos Regionais 194

projeto urbano 25, 210, 214, 215, 218, 221, 222, 227

## **R**

Rua 9, 4, 14, 15, 45, 48, 49, 50, 55, 56, 57, 166, 172

## S

São Paulo 10, 11, 25, 26, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 68, 91, 92, 93, 95, 96, 108, 109, 115, 124, 125, 128, 129, 131, 133, 135, 136, 137, 147, 148, 149, 150, 152, 162, 163, 172, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 194, 195, 208, 231, 251, 252, 253, 254

SESC 24 de Maio 10, 43, 51

Sítio Arqueológico 12, 95, 195, 199, 202, 203, 205, 206, 207, 209

Sustentabilidade 11, 138, 140, 142, 143, 146, 147, 212, 215

## T

Tecido Urbano 10, 1, 3, 4, 7, 9, 10, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 164, 169, 171, 213, 216, 236, 243, 253

Técnicas Construtivas 10, 80, 81, 84, 89, 90, 91, 96

Território 9, 2, 3, 4, 21, 24, 26, 53, 84, 87, 89, 90, 103, 107, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 120, 121, 123, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 135, 138, 139, 140, 141, 144, 146, 147, 149, 164, 167, 168, 170, 179, 195, 198, 199, 200, 201, 204, 206, 213, 214, 215, 218, 220, 221, 222, 225, 226, 227, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 248, 250, 251, 252, 254, 264

Tombamento 12, 195, 197, 198, 199, 202, 203, 206, 207, 211, 239

## U

Urbanismo 9, 11, 1, 25, 26, 43, 46, 52, 53, 68, 69, 79, 92, 96, 110, 125, 126, 135, 136, 137, 138, 148, 171, 181, 194, 250, 253, 255, 257, 259, 268

Urbanismo Contemporâneo 11, 138, 143, 146, 243



# Arquitetura e urbanismo: Compromisso histórico com a multidisciplinariedade

# 2

---

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 



# Arquitetura e urbanismo: Compromisso histórico com a multidisciplinariedade

# 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 